



DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

Institui normas gerais para pagamento de diárias e a concessão de passagens no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão e dá outras providências.

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão COREN-MA nº 012/2012;

CONSIDERANDO que o exercício de mandatos de Conselheiros do Sistema Cofen/Coren-s possui nítido caráter de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que será devida aos Conselheiros, Delegados Regionais, empregados públicos, assessores, do sistema Cofen/Coren-s, e também aos colaboradores, a concessão de passagens e de diárias para o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas;

CONSIDERANDO que o auxílio representação e as diárias possuem caráter nitidamente indenizatório, gerados a partir de circunstâncias distintas determinantes; e que, enquanto o auxílio representação serve à minimização dos prejuízos suportados por conselheiros, profissionais de enfermagem convocados, nomeados ou designados, bem como profissionais de outras categorias convidados, para o desempenho ou participação num ato ou numa atividade determinante dentro do sistema Cofen/Coren-s, as diárias, por sua vez, consistem em indenizações devidas para, além das pessoas indicadas acima, os assessores, empregados públicos, colaboradores, destinadas ao deslocamento da sede do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais de Enfermagem, conforme o caso, com a finalidade de representá-los em outras localidades, dentro ou fora do Brasil, visando, assim, ao pagamento das despesas com hospedagem, alimentação, locomoção e outras de caráter extraordinário;

CONSIDERANDO que é vedado o enriquecimento ilícito pelo Estado, sendo devida a justa indenização das despesas havidas para execução de atividades, devidamente atualizada, a qualquer título, que tenham gerado benefícios diretos ou indiretos aos órgãos integrantes do sistema Cofen/Coren-s;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 2º, § 3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, os conselhos federais de fiscalização de profissões regulamentadas foram autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o Acórdão n. 1280/2012 - TCU - 2ª Câmara, relativo ao Processo nº TC 001.0095/2010-2;

CONSIDERANDO que os cargos de Conselheiro Federal e de Conselheiro Regional são honoríficos, conforme os arts. 9º e 14 da Lei nº 5.905/73;

DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

CONSIDERANDO que o número de conselheiros efetivos e suplentes é legalmente estabelecido, ex vi dos arts. 5º e 11 da Lei nº 5.905/73;

CONSIDERANDO que a mensuração das diárias para os Conselhos Profissionais, contida no Anexo I do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, outrora alterado pelo Decreto n. 6.907 de 21 de julho de 2009, serve de parâmetro para o limite a ser estabelecido em relação aos ocupantes dos cargos honoríficos de conselheiro federal, e que o valor máximo de R\$ 581,00 estabelecido na época de edição deste último Decreto corresponde, até janeiro de 2015, a R\$ 801,66, monetariamente corrigido pelo INPC;

CONSIDERANDO o Anexo III do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelo Decreto nº 6.576, de 25 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO o Manual de Diárias e Passagens: Perguntas e respostas. Edição revisada - 2012 da Controladoria-Geral da União - CGU, Secretaria Federal de Controle Interno;

CONSIDERANDO a deliberação na 611ª (sexcentésima décima primeira) Reunião Ordinária de Plenário – ROP, realizada nos dias 16 e 17 de agosto de 2023;

DECIDE:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A concessão e o pagamento de diárias e a concessão de passagens para conselheiros, assessores, empregados, representantes do Coren-MA e colaboradores convidados, convocados e/ou nomeados para desenvolverem atividades do Coren-MA que, a serviço desloquem-se de seus domicílios ou da sede da Autarquia, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus a passagens e diárias, na forma prevista nesta Decisão.

CAPÍTULO II - CONCESSÃO DE PASSAGENS

Art. 2º. Aos conselheiros, assessores, empregados, representantes do Coren-MA e os colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do Coren-MA, serão concedidas passagens destinadas ao deslocamento a serviço, para outro ponto do território nacional ou para o exterior.

§ 1º. Às pessoas de que trata o caput deste artigo, que estiverem desenvolvendo atividade duradoura em prol do Coren-MA, será facultado o direito de solicitar retornos intermediários, ficando a cargo da autoridade superior do Conselho Regional de Enfermagem, a sua concessão.

DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

§ 2º. As passagens deverão ser solicitadas com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias, contados da data prevista da viagem, ressalvados os casos extemporâneos cuja necessidade do serviço justifique.

§ 3º. A emissão dos bilhetes será realizada pela agência de viagens contratada, a partir da reserva solicitada pelo setor de passagens, autorizada pela autoridade competente.

§ 4º. A liberação de passagens aéreas com bagagem, será para viagens a partir de 04 (quatro) dias, desde que seja solicitado pelo requisitante.

§ 5º. Dependendo da região em que for o destino do passageiro, poderá ser liberada passagem aérea com bagagem referente a estadia com tempo inferior a 04 (quatro) dias, mediante autorização da Presidência do Coren-MA.

§ 6º - Fica vedada a emissão de passagens aéreas em classe especial ou executiva em viagens nacionais ou internacionais.

Art. 3º. Quaisquer alterações de percurso, data ou horário de deslocamentos serão de inteira responsabilidade do servidor, salvo se autorizadas ou determinadas pela Presidência.

§ 1º. As solicitações de alteração de passagem com ônus ao Coren-MA deverão ser realizadas por memorando, com a exposição de motivos, sempre realizando a alteração da requisição de origem.

§ 2º. As alterações de passagem poderão ou não ser pela mesma companhia aérea, rodoviária e fluvial, se houver, sendo o Setor de Passagens, juntamente com o agente emissor da empresa aérea, rodoviária e fluvial contratada, responsáveis pela análise do melhor custo benefício.

Art. 4º. A viagem poderá ser cancelada mediante solicitação do passageiro devidamente justificada ou por determinação da Presidência.

§ 1º. O passageiro deverá comunicar imediatamente ao Setor de Passagens, via e-mail, a impossibilidade da referida viagem.

§ 2º. Será solicitado pelo Setor de Passagens o devido reembolso de bilhetes não utilizados junto à agência prestadora de serviço.

§ 3º. Os valores a serem reembolsados serão variáveis de acordo com a política de cada companhia aérea, rodoviária e fluvial, se houver, da classe tarifária emitida, do valor de "no-show", se houver, dentre outros.

§ 4º. O valor não reembolsado pela agência de viagens contratada deverá ser pago pelo passageiro solicitante do cancelamento, salvo os casos previamente autorizados pela Presidência/Vice-Presidência.

DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

§ 5º. O passageiro que não fizer o ressarcimento à autarquia, terá a emissão de passagens aéreas, terrestres e fluviais bloqueadas.

§ 6º. As alterações de passagens poderão ou não ser pela mesma companhia aérea, sendo o Setor de Passagens, juntamente com o agente emissor da empresa aérea contratada, responsáveis pela análise do melhor custo benefício.

CAPITULO III - DAS DIÁRIAS

Art. 5º. A concessão e o pagamento de diárias pressupõem a observância do interesse público e que o motivo do deslocamento esteja comprovado e justificado, observada a pertinência entre a razão do deslocamento e as atribuições das atividades desempenhadas.

Art. 6º. Farão jus à percepção de diárias as pessoas de que tratam os arts. 1º e 2º desta Decisão, que se desloquem a serviço ou por atribuição de representação deste Conselho Regional de Enfermagem, da localidade onde têm seus domicílios ou da sede do Coren-MA para outras localidades distintas dentro do território nacional ou no exterior.

§ 1º - Não serão concedidas diárias quando o deslocamento, para exercer o serviço ou a atribuição determinada, ocorrer dentro do município aonde o beneficiário possua domicílio.

§ 2º - É vedado o pagamento do auxílio representação cumulativamente com a diária.

Art. 7º - O valor da diária deverá incluir o dia da viagem de ida e de volta e ser suficiente para custear as despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

Parágrafo único - As despesas referentes ao deslocamento até o local de embarque, e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem, e vice-versa, integram a atividade de locomoção.

Art. 8º - As diárias serão concedidas por tempo de afastamento da sede de origem do beneficiário em razão do serviço, na seguinte proporção:

I - uma diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, com pernoite.

II - meia diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, sem necessidade de pernoite.

III - meia diária, para cada período relativo ao afastamento do domicílio, quando forem custeadas pela administração, por meio diverso, todas as despesas de hospedagem, alimentação e transporte, sendo que neste caso, os dias não compreendidos no período do evento, seguem a regra dos incisos anteriores.



Coren^{MA}

Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão

DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

IV meia diária, para cada dia relativo ao afastamento do domicílio, quando a Administração apenas custear as despesas de hospedagem, ressalvando a(s) despesa(s) de alimentação e/ou o transporte, no período do evento.

§ 1º - No caso do deslocamento exigir mais de um dia em trânsito, quer na ida ou no retorno, a concessão de diárias deve ser justificada.

§ 2º - O pagamento da meia diária poderá ser concedido mediante a necessidade de permanência superior a 2 (dois) turnos, ultrapassando o horário de expediente, com a respectiva justificativa, não fazendo jus ao pagamento e/ou compensação de horas extras.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

a) Nos casos em que o deslocamento do domicílio ou da sede do Conselho Regional de Enfermagem ocorra dentro da respectiva região metropolitana, compreendendo os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Bacabeira assim como aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios;

b) limítrofes e regularmente instituídos, em um raio de até 100 km (cem quilômetros) da sede do respectivo conselho;

c) na hipótese anterior, havendo a comprovada necessidade de pernoite, poderá ser aplicado o disposto nos incisos I, II e III deste artigo, desde que acolhida à justificativa de quem solicitou o pagamento pela autoridade competente.

§ 4º. Considera-se região metropolitana do Estado do Maranhão, a na em Lei Complementar nº 69 de 23 de dezembro de 2003 e suas alterações.

Art. 9º - As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, com antecedência de até 24 (vinte e quatro horas) da data reservada para o afastamento, desde que solicitadas antecipadamente, observando-se o seguinte:

I - as diárias deverão ser solicitadas à autoridade competente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, capaz de poder ser cumprido o prazo estabelecido no caput deste artigo;

II - o Coren-MA deverá decidir sobre a solicitação de diárias no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, efetuando o pagamento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do deferimento da concessão do pedido.

§ 1º - Quando as solicitações forem de caráter emergencial, as diárias poderão ser processadas durante o decorrer do afastamento, hipótese em que serão pagas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas depois de deferidas.

§ 2º - Quando o afastamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente, mas dentro do período de afastamento.

DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

§ 3º - Aquele que for beneficiado com o recebimento de diárias deverá apresentar Relatório de Viagem em até 5 (cinco) dias acompanhado de certificado ou outros documentos comprobatórios da atividade, se possível.

§ 4º - A concessão de diárias com afastamento a partir de sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, estará sujeita à justificativa da efetiva necessidade de trabalho nesses dias.

§ 5º - A autorização de pagamento de despesas pela autoridade competente caracterizará a aceitação da justificativa.

Art. 10 - São elementos essenciais do ato de concessão de diárias:

- I - o nome, o cargo ou a função do proponente;
- II - o nome, o cargo ou a função do beneficiário;
- III - descrição objetiva do serviço a ser executado;
- IV - indicação dos locais onde o serviço será realizado;
- V - período provável de afastamento;
- VI - o valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga;
- VII - autorização do pagamento de despesas pelo ordenador.

§ 1º - Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada a sua prorrogação, as pessoas de que tratam os arts. 1º e 2º desta Resolução farão jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado.

§ 2º - Serão restituídas, pelo beneficiário, em 5 (cinco) dias, contados da data de retorno ao domicílio ou à sede originária do Coren-MA, as diárias recebidas em excesso.

§ 3º - Serão também restituídas em sua totalidade, no prazo estabelecido no parágrafo anterior neste artigo, as diárias recebidas pelo beneficiário quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

§ 4º - A restituição de diárias tratada neste artigo ocorrerá exclusivamente mediante depósito bancário na conta corrente do Coren-MA, devendo tal ato ser comprovado perante a administração.

Art. 11 - Deverão compor os autos de concessão de diárias:

- I - autorização de diárias;





Coren^{MA}

Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão

DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

II - relatório de viagem, cópia do checkin/cartão de embarque ou cópia do checkin/bilhete rodoviário, ou ainda se houver, cópia do bilhete fluvial, com o certificado do evento ou outro documento comprobatório dos serviços ou atividades desenvolvidas, se possível; e

III - cópia da requisição da passagem, mediante o preenchimento dos anexos desta Decisão.

§ 1º. O relatório de viagem que trata o inciso II deste artigo, deverá ser apresentado em formulário próprio, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do retorno à sede originária de serviço, anexado original ou segunda via dos canhotos dos cartões/checkin de embarque ou bilhete/checkin rodoviário, ou fluvial, se houver, certificado do evento ou outro comprobatório de participação.

§ 2º. O não cumprimento do prazo acima mencionado acarretará a devolução do valor recebido a título de diária, bem como o valor correspondente à passagem aérea, rodoviária e fluvial, se houver.

Art. 12 - Nos casos em que o presidente for o beneficiário, a concessão dos valores será autorizada por outro membro da diretoria, na ordem funcional decrescente, ou funcionário do COREN-MA para o qual seja delegada competência em caráter geral, para evitar a auto concessão de diárias, em prejuízo das prerrogativas do presidente de deliberar sobre os demais aspectos da viagem envolvida.

Art. 13 - Os valores das diárias no âmbito do Coren-MA são aqueles da tabela que constitui o Anexo I a esta Decisão, ficando o pagamento limitado a, no máximo, 15 (quinze) diárias mensais, respeitando a condição de eventualidade e transitoriedade no afastamento.

§ 1º - O Coren-MA, deverá observar os valores das diárias constantes do Anexo I desta Decisão e o limite estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º - O limite estabelecido no caput deste artigo não se aplica aos empregados públicos e/ou servidores da autarquia.

§ 3º - Os condicionantes da eventualidade e transitoriedade no afastamento, com relação aos conselheiros, aplicam-se nos seguintes casos:

- a) participação em reuniões do Plenário e da Diretoria;
- b) participação em reuniões da Assembleia de Presidentes;
- c) participação em reuniões, eventos, congressos e atividades diversas, com designação por Portaria;
- d) participação em cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com autorização por Portaria;
- e) realização de atividades inerentes ao cargo de diretor, na conformidade do Regimento Interno da Autarquia;

DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

f) participação em Câmaras Técnicas.

§ 4º - Em caráter excepcional, poderá ser pago, aos conselheiros, um número maior de diárias, em deslocamentos a serviço no mesmo mês, desde que demonstrada inequívoca e imprescindível a sua permanência em deslocamento a serviço ou representação da autarquia corporativa, e a despesa seja autorizada pela Diretoria do Conselho de Enfermagem respectivo.

§ 5º - Na hipótese de deslocamentos para fora do País, o valor da diária será pago em dólar norte-americano, ou, por solicitação do servidor, por seu valor equivalente em moeda nacional ou em euros.

Art. 14 - Nos casos de afastamento da sede do serviço para acompanhar, na qualidade de assessor, conselheiro regional ou diretor da autarquia, o empregado público/servidor ou colaborador designado fará jus a diárias no mesmo valor atribuído à autoridade acompanhada, desde que expresso em portaria.

Art. 15 - Os valores fixados nesta Decisão deverão ser majorados, uma única vez no ano, sempre no mês de fevereiro, devendo ser utilizada como base de cálculo os índices do INPC acumulado no período, ou outro índice que lhe sobrevenha em substituição.

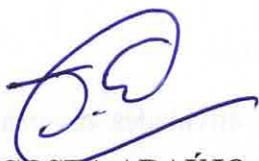
Art. 16 - Os procedimentos e os formulários necessários ao requerimento, concessão e prestação de contas das diárias encontram-se positivados no anexo II da presente Decisão, publicado no site do Coren-MA (www.corenma.gov.br).

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário e a Decisão COREN-MA nº 030/2022.

Art. 18. Esta decisão entra em vigor a partir da homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen.

Decisão Coren-MA 0205/2023, homologada pela Decisão Cofen nº 193 de 10 de outubro de 2023.

São Luís – MA, 01 de setembro de 2023.



JOSÉ CARLOS COSTA ARAÚJO JÚNIOR
Presidente
COREN-MA nº 364.950-ENF



DEUDEDE FERNANDES DA SILVA
Secretário
COREN-MA nº 148.159-ENF



DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

ANEXO I

Tabela – Valor da Indenização, por meio de Diárias no âmbito do Coren/MA

Classificação do Cargo/ Emprego/ Função/ Qualificação profissional	Deslocamentos dentro do Estado/Capital- Sede do Conselho, exceto Região Metropolitana e quilometragem superior a 100 Km	Deslocamentos para os demais Estados do país	Deslocamentos para o Exterior (America do Sul, America Central, Caribe, Africa)	Deslocamentos para o Exterior (USA/Canadá/México)	Deslocamentos para o Exterior (Europa, Ásia, Oceania, Oriente Médio)
Conselheiros	R\$ 475,00	R\$ 575,00	US\$ 300,00	US\$ 400,00	US\$ 500,00
Empregados Públicos de cargo comissionado de Nível Superior	R\$ 425,00	R\$ 525,00	US\$ 200,00	US\$ 350,00	US\$ 400,00
Empregados Públicos de cargo comissionado de Nível Médio/Técnico	R\$ 355,00	R\$ 455,00	US\$ 140,00	US\$ 280,00	US\$ 320,00
Empregados Públicos de Nível Superior	R\$ 395,00	R\$ 495,00	US\$ 150,00	US\$ 300,00	US\$ 350,00
Empregados Públicos de Nível Médio/Técnico	R\$ 355,00	R\$ 455,00	US\$ 140,00	US\$ 280,00	US\$ 320,00
Colaboradores de Nível Superior	R\$ 400,00	R\$ 500,00	US\$ 200,00	US\$ 350,00	US\$ 400,00
Colaboradores de Nível Médio/Técnico	R\$ 330,00	R\$ 430,00	US\$ 140,00	US\$ 280,00	US\$ 320,00



DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023 ANEXO II

UTILIZE LETRA DE FORMA EM TODOS OS CAMPOS
REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS

1 - Data

2 - DE

3 - PARA

FAVORECIDO

4 - Nome

5 - CPF 6 - Cargo

7 - Dados Bancários | Agência Conta Corrente Conta Poupança

8 - Contatos | Telefones E-mail

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

9 - OBJETIVO

- PLENÁRIA - SINDICÂNCIA - REPRESENTAÇÃO - SIMPÓSIO / CONGRESSO - OUTROS

10 - PORTARIAS

11 - ESPECIFICAR

12 - ORIGEM 13 - DESTINO 14 - PERÍODO 15 - QUANTIDADE DE DIÁRIAS

16 - DESLOCAMENTO
 - AÉREO - RODOVIÁRIO - PRÓPRIO

Em caso de deslocamento aéreo, juntar comprovante da emissão do bilhete aéreo.

17 - VIAGEM EM FINAL DE SEMANA, FERIADO OU EM PERÍODO DIVERSO DO DETERMINADO PELA PORTARIA:

NÃO SIM JUSTIFICATIVA:

18 - OBSERVAÇÕES

Declaro e dou fé, para os fins de direito, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras, sob as penas da Lei em vigor. E que é de minha inteira responsabilidade, no prazo de 05 (cinco) dias do retorno, apresentar os devidos comprovantes.

19 - Requisitante:

20 - Autorizador:



DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

ANEXO III

REQUISIÇÃO DE PASSAGEM: () AÉREA () RODOVIÁRIA () FLUVIAL

DADOS DO PASSAGEIRO

1-Data:

2 - NOME

3 - CPF

5 - CARGO

6 - E-MAIL:

4 - DATA DE
NASCIMENTO:

7 - FONES:

REQUISIÇÃO

8 - TRAJETÓRIA DE IDA

9 - DATA

10 - HORÁRIO

11 - OBSERVAÇÃO

12 - TRAJETÓRIA DE RETORNO

13 - DATA RETORNO

14 - HORÁRIO

15 - OBSERVAÇÃO

16 - PREFERÊNCIA PARA DESLOCAMENTO (AEREO/RODOVIARIO/FLUVIAL)

17 - MOTIVO DA VIAGEM

Declaro e dou fé, para os fins de direito, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras, sob as penas da Lei em vigor. E que é de minha inteira responsabilidade no prazo de 05 (cinco) dias do retorno apresentar os devidos comprovantes.

18- Requirente

19-Autorizador:



DECISÃO COREN-MA Nº 0205, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

ANEXO IV

RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME:	FUNÇÃO:
LOCAL VIAGEM:	DATA IDA: DATA VOLTA:
INSTITUIÇÕES/EVENTO VISITADOS:	
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:	
OBJETIVO:	

DESCRIÇÃO SUCINTA DAS ATIVIDADES:

ATIVIDADES

DATA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

OBS: Anexo bilhete de passagens e/ou cartão de embarque: ida e volta.

ASSINATURA:	DATA:
VISTO DA CHEFIA:	VISTO DA PRESIDÊNCIA: